

REVISTA

DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

FAMÍLIA PARANAENSE

UMA NOVA VIDA COMEÇA AQUI

DESCENTRALIZAÇÃO GARANTE
GOVERNO MAIS PERTO DOS
MUNICÍPIOS E DAS FAMÍLIAS

PARANÁ FORTALECE
A REDE DE PROTEÇÃO
SOCIAL BÁSICA

FUNDO AMPLIA
PROTEÇÃO SOCIAL NO PARANÁ

PARANÁ, O ESTADO QUE
MAIS EVOLUI NO RANKING DE
COMBATE À MISÉRIA



AVANÇOS DO PARANÁ NA IMPLEMENTAÇÃO DO SUAS

O Sistema Único de Assistência Social - SUAS, completou dez anos e nós, paranaenses, temos muitos motivos para comemorar. A cada ano, o Paraná marca essa trajetória com avanços significativos na execução da política de assistência social. Desde 2011, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social contribui expressivamente para o avanço na implementação e no aprimoramento do SUAS no Paraná. Em conjunto com a sociedade civil, desenvolvemos uma gestão participativa e democrática. Começamos com a implantação de escritórios regionais, para prestarmos um assessoramento descentralizado aos municípios. Também descentralizamos e simplificamos a forma de repassar recursos aos municípios e investimos na capacitação dos profissionais e trabalhadores do SUAS. Com o programa Família Paranaense, demos um grande passo para promover o desenvolvimento social e a emancipação das famílias. Hoje o programa está nos 399 municípios

do Paraná e já registra 188 mil beneficiários por uma das modalidades, que é o Renda Família Paranaense. A rede de proteção social básica se expandiu, entregamos 43 novos Centros de Referência de Assistência Social e 24 Centros da Juventude, voltados para a convivência comunitária. Destinamos recursos para melhorar os serviços de assistência social prestados pelos municípios e entidades sociais. Ainda comemoramos nosso avanço mais recente, que irá fortalecer ainda mais as ações de combate às desigualdades sociais: a criação do Fundo de Combate à Pobreza. Com ele, o Governo do Estado vai reforçar os investimentos na área de assistência social. Assim, o Paraná cumpre com êxito a missão de garantir o acesso aos direitos socioassistenciais aos paranaenses e prossegue no seu objetivo de consolidar o SUAS com excelência e eficácia em nosso Estado.

Fernanda Richa
Secretária de Estado

EXPEDIENTE



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria do Trabalho
e Desenvolvimento Social

Governador do Estado
Beto Richa

**Secretária do Trabalho
e Desenvolvimento Social**
Fernanda Richa

Coordenação de Comunicação
Adriana Ribeiro

Fotografia
Rogério Machado
Arquivo/Seds

Projeto Gráfico
Alexandre Ribeiro

Redação
Adriana Ribeiro
Jorge Eduardo França Mosquera
Rosangela Gerber

<http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br>

Palácio das Araucárias
Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n
Centro Cívico - 80530-915 - Curitiba - PR

Telefones para contato - 41 3210 2400

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| DESCENTRALIZAÇÃO GARANTE GOVERNO MAIS PERTO DOS MUNICÍPIOS E DAS FAMÍLIAS | 04 |
| DIREITO DO CIDADÃO E DEVER DO ESTADO | 08 |
| PARANÁ FORTALECE A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA | 11 |
| PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL BUSCA INCLUSÃO SOCIAL E CONSOLIDAÇÃO DE DIREITOS | 13 |
| INVESTIMENTO DE SUCESSO FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO LEVAM À QUALIDADE | 15 |
| UM DOS PRIMEIROS ESTADOS A IMPLANTAR NÚCLEO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DO SUAS | 17 |
| MAPA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL DO PARANÁ | 18 |
| VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL DEVE SER RECURSO DE TODOS OS GESTORES | 20 |
| FAMÍLIA PARANAENSE UMA NOVA VIDA COMEÇA AQUI | 23 |
| FUNDO AMPLIA PROTEÇÃO SOCIAL NO PARANÁ | 29 |
| PARANÁ, O ESTADO QUE MAIS EVOLUI NO RANKING DE COMBATE À MISÉRIA | 30 |
| PARANÁ AMPLIA INVESTIMENTOS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL | 32 |
| CONTROLE SOCIAL CIDADÃO FISCALIZA E ATUA SOBRE A GESTÃO PÚBLICA | 34 |
| CONFERÊNCIAS DEMOCRACIA NA DEFINIÇÃO DE METAS | 35 |



Com a descentralização, todos os municípios do Estado recebem assessoramento para qualificar o atendimento às famílias

DESCENTRALIZAÇÃO GARANTE

GOVERNO MAIS PERTO DOS MUNICÍPIOS E DAS FAMÍLIAS

Sob a coordenação da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, 22 escritórios regionais assessoram os 399 municípios do Estado, para atender com mais agilidade e eficiência às demandas regionais.

Investir no desenvolvimento social das famílias é prioridade no Paraná. Para fazer com que todos tenham uma vida com qualidade e seus direitos garantidos, o governo estadual desenvolve programas e serviços voltados para as famílias que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social. São ações que fazem parte da

política de assistência social que, no Paraná, é coordenada pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

A pasta trabalha para o enfrentamento às desigualdades sociais, inclusão, defesa dos direitos e emancipação das famílias que mais precisam do apoio do poder público. Para atender com mais agilidade

e eficiência às demandas regionais, a Seds adota um modelo descentralizado de administração. São 22 escritórios regionais da pasta que assessoram os 399 municípios do Estado. A estratégia tem o objetivo de descentralizar o trabalho desenvolvido pela secretaria e trabalhar de uma forma cada vez mais próxima dos

municípios e de sua população. “Nossos escritórios regionais têm a missão de apoiar e oferecer assessoria técnica aos municípios para que, juntos, possamos desenvolver e garantir bons resultados nas políticas públicas de assistência social, de garantia de direitos, nas ações de combate à pobreza e à exclusão social e na geração de emprego no Paraná”, explica a secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social, Fernanda Richa.

PARCERIA COM IPARDES

Para o processo de desenvolvimento, implantação, avaliação e monitoramento de programas, a Seds conta com a parceria do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES). O diretor-presidente do órgão, Julio Takeshi Suzuki Júnior, explica que se trata de um trabalho conjunto, que vai além da construção de diagnósticos e índices.



Cada escritório regional possui uma equipe técnica qualificada para atender às demandas dos municípios onde está inserido

“O papel do IparDES é de subsídio às políticas implementadas pela secretaria. Na verdade, com esses estudos nós contribuimos para o desenho dos futuros programas e também dos programas vigentes”, diz. Suzuki explica ainda que, além do Índice de Vulnerabilidade da Família (IVFPR), aplicado pelo programa Família Paranaense, existem outros indicadores

para mensurar a dinâmica socioeconômica do Estado. “O IparDES atua também na definição de indicadores específicos utilizados pela Seds, como o Índice IparDES de Desenvolvimento Municipal (IPDM), que agrega informações da educação, da saúde e da renda, fornecendo uma fotografia da condição dos municípios”, diz.



O cadastro para encaminhamento das famílias que vivem em vulnerabilidade social é feito nos Centros de Referência de Assistência Social

22
ESCRITÓRIOS
REGIONAIS
ASSESSORAM
399
MUNICÍPIOS
DO ESTADO

ENTREVISTA

Luciana Pavowski Franco Silvestri é responsável pelo Escritório Regional de Ponta Grossa, que atende 18 municípios dos Campos Gerais



EQUIPES PRECISAM ESTABELEECER VÍNCULOS COM MUNICÍPIOS

A assistente social Luciana Pavowski Franco Silvestri é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. Formada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e pós-graduada em administração pública e doutoranda em ciências sociais, Luciana integra o Conselho Estadual de Assistência Social e é membro da comissão regional de enfrentamento às violências

contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa, além de ser tutora da especialização em Gestão Pública/SUAS. Veja os principais pontos da sua entrevista.

A SEDS DESENVOLVE UM TRABALHO DESCENTRALIZADO. QUAL É O PAPEL DOS ESCRITÓRIOS REGIONAIS NESSE PROCESSO?

Esse formato permite que o Estado mantenha um contato mais próximo com a realidade das regiões em que atua, considerando as diferentes características dos territórios.

Isso permite que os processos de assessoria, apoio, monitoramento e mobilização que visam ao fortalecimento da política pública de assistência social possam ocorrer de maneira mais efetiva diante das demandas apresentadas pelos municípios.

QUE PAPEL É CONSIDERADO FUNDAMENTAL PARA QUE O ER CUMpra SUA VERDADEIRA MISSÃO?

Penso que de maneira fundamental, as equipes dos escritórios regionais precisam atuar de maneira a compor um sistema que é único, o SUAS. Dessa forma, todos os entes federados têm co-responsabilidades que, em conjunto, integram esse sistema que tanto lutamos para fortalecer e efetivar. Penso que esse é um dos principais papéis dos escritórios regionais, atuar de maneira descentralizada para que o Estado possa assumir, de maneira integrada aos demais entes, as responsabilidades para a efetivação da política pública de assistência social na lógica da garantia de direitos dos cidadãos e superação das vulnerabilidades e riscos sociais decorrentes da desigualdade social.

QUAIS SÃO AS RESPONSABILIDADES DOS ERS?

Para cumprir com as atribuições do ER, as equipes precisam constituir vínculos com as equipes dos municípios, o que deve ser estabelecido tendo como base a confiança e o respeito. Relações profissionais que são possíveis através de uma atuação oficial, pautada em leis, orientações técnicas e normativas que regulamentam o funcionamento e a organização dos processos de gestão, do fortalecimento das instâncias de controle social, e execução de benefícios e serviços que constituem a política pública de assistência social.

COMO É O PROCESSO DE TRABALHO DOS ERS?

Nossa atuação deve ser pautada nas peculiaridades de cada campo de atuação. É preciso conhecer a realidade dos municípios, realizar diagnósticos e estudos que, através da lógica da vigilância social, permitam uma atuação mais responsável e que atendam de maneira mais efetiva as demandas dos municípios.

Cada vez mais, fica evidente a necessidade de atuação planejada das ações, por meio de instrumentos que contemplem as demandas mencionadas e que permitam um processo de monitoramento e avaliação das ações executadas e dos desafios que se mantêm. Para isso, o registro das ações, da elaboração de relatórios, de registro das estratégias identificadas em conjunto, bem como dos encaminhamentos

OS ESCRITÓRIOS REGIONAIS DA SEDS SÃO COMPOSTOS POR EQUIPES QUE ATUAM DE MANEIRA DESCENTRALIZADA JUNTO AOS MUNICÍPIOS EM TODO O PARANÁ

resultantes, também se mostram essenciais para um processo continuado de atuação das equipes descentralizadas. Ressalto a capacidade técnica e política dos diversos profissionais que compõem tanto as equipes dos escritórios regionais como dos municípios na política de assistência social.

QUAIS SÃO OS DESAFIOS DOS ERS?

Nossos desafios se assemelham aos vivenciados por outros entes federativos, em todo o Brasil, e que estão pautados no rompimento de um processo histórico que colocou a política de assistência social em condição de subserviência diante das demais políticas.

Dessa forma, buscamos romper com paradigmas que trazem grandes desafios para qualquer profissional, gestor ou conselheiro que atua na política de assistência social. Romper com uma maneira de fazer a política que retirava dos usuários a condição de cidadania, que estabeleceu atendimentos e acesso a benefícios de maneira descontinuada, fragmentada, sem a participação dos usuários no processo de avaliação da qualidade dos mesmos ou do planejamento. Atuamos em um processo que está em constante alteração, pois é dinâmico e contraditório e a cada

dia aponta novos desafios que continuam nos movendo em busca da consolidação do SUAS.

ESCRITÓRIOS REGIONAIS E SUAS CHEFIAS

E.R. Apucarana
Juliana E. da Silva

E.R. Campo Mourão
Fabrícia A. Bronzel

E.R. Cascavel
Lizmari V. Fontana

E.R. Cianorte
Lucélia G. Gelfei

E.R. Cornélio Procópio
André L. Lievore

E.R. Curitiba
Larissa M. Tissot

E.R. Foz do Iguaçu
Roberta B. Lopes

E.R. Francisco Beltrão
Franciele Schmitz

E.R. Guarapuava
Maria do C. R. de Abreu

E.R. Irati
Sidnei J. Jorge

E.R. Ivaiporã
José N. de Melo

E.R. Jacarezinho
Lisandro J. N. Baggio

E.R. Laranjeiras do Sul
Marcio A. de Souza

E.R. Londrina
Deise V. Tokano

E.R. Maringá
Akemi Nishimori

E.R. Paranaguá
Ruth F. Lima

E.R. Paranavaí
Valmir Trentini

E.R. Pato Branco
Rafaela Losi

E.R. Ponta Grossa
Luciana F. Silvestre

E.R. Toledo
Sirlei de F. C. Mosconi

E.R. Umuarama
Pedro L. Pinheiro

E.R. União da Vitória
Sandra M. S. Bogus

DIREITO DO CIDADÃO

E DEVER DO ESTADO

A assistência social visa a assegurar que nenhum brasileiro fique sem satisfazer suas necessidades mínimas de sobrevivência, a partir de ações integradas que partem do Estado, empresas e segmentos da sociedade civil.

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, tornou-se realidade de fato com o advento da Constituição Federal de 1988. Nos artigos 203 e 204, a Constituição ordena sua prestação a qualquer um que necessite de assistência social, independentemente de ser contribuinte da Previdência, e discorre sobre fontes de recursos e o papel do Estado e da sociedade.

Pela primeira vez estabeleceu-se no país o conceito de “Sistema da Seguridade Social”, unindo previdência e assistência social, além de ações básicas de saúde. Se a previdência garante

a proteção aos trabalhadores, por meio da aposentadoria e outros benefícios (quem não contribui não é beneficiado), a assistência social busca assegurar que nenhum brasileiro fique sem satisfazer suas necessidades mínimas de sobrevivência. Ao lado disso, há o atendimento universal à saúde, independentemente de contribuição.

A figura da seguridade social, como a entendemos hoje, no entanto, permaneceu adormecida nas páginas da Constituição. Resultou numa ação direta de constitucionalidade por omissão (deixar de fazer cumprir), contra o Executivo e o Legislativo,

proposta pelo procurador-geral da República ao Supremo Tribunal Federal. Até aí a seguridade social existia apenas no papel, pois deixaram de regulamentá-la.

Enfim, em 7 de dezembro de 1993, o presidente Itamar Franco sancionou a lei 8.742, aprovada pelo Congresso Nacional. Trata-se da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), assim conceituada:

— A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública



A assistência social é um direito do cidadão assegurado pela Constituição Federal

e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

A assistência social se realiza a partir de ações integradas que partem do Estado, ONGs ou outros segmentos da sociedade civil. Seus alvos, segundo a própria Constituição: garantir a proteção social à família, à infância, à adolescência, à velhice; amparo a crianças e adolescentes carentes; à promoção da integração ao mercado de trabalho e à reabilitação e promoção de integração à comunidade para as pessoas com deficiência e o pagamento de benefícios aos idosos e às pessoas com deficiência.

SISTEMA PARTICIPATIVO

Em 2005 foi instituído o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A exemplo do Sistema Único de Saúde (SUS), ele é descentralizado. E é participativo, contando com a atuação do Estado (municípios, estados e a União) e da sociedade na operação do sistema de proteção social, não contributiva. Apenas em 6 de julho de 2001 é sancionada a lei 12.435, que altera a lei 8.742/1993. Mudou-lhe a redação, mas garantiu a continuidade do SUAS. O Sistema, enfim uma realidade, organiza a proteção social, dividindo-a em duas: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE). O SUAS deve também

oferecer benefícios assistenciais a públicos específicos, por meio de entidades de assistência social, integradas ao sistema. Cabe-lhe ainda manter atualizado o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social e conceder certificação a entidades.

No Paraná, o SUAS organiza a política pública de assistência social, de forma descentralizada e participativa, por meio de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais desenvolvidos pelo Governo do Estado e pelos municípios, em parceria com a rede socioassistencial distribuída em todo o território paranaense.

Os Cras são a porta
de entrada para o
acesso das famílias aos
programas e serviços da
assistência social



PARANÁ FORTALECE

A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Em quase cinco anos, o governo estadual investiu R\$ 8,45 milhões de recursos do

Fundo Estadual de Assistência Social (Feas) para a construção de 43 Cras.

A rede de Proteção Social Básica, que atende famílias em situação de risco e vulnerabilidade social no Paraná, vive um processo de expansão. Dados do Censo SUAS mostram que, de 2010 a 2014, o Estado registrou um aumento de 16,84% no número de centros de Referência de Assistência Social (Cras), que passou de 475 para 555. Em quatro anos e oito meses de gestão, o governo estadual investiu R\$ 8,45 milhões de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social (Feas) para a implantação de 43 unidades e oito em construção.

Com essa estrutura, o Paraná ocupa a quinta posição entre os estados que possuem a maior

quantidade de Cras implantados, o que reafirma o fortalecimento do SUAS e a consolidação da Política Nacional de Assistência Social no Estado. O aumento do número de unidades de Cras possibilitou ainda, no mesmo período, um crescimento de 17,40% do número de famílias referenciadas, que são aquelas que vivem em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, falta de acesso aos serviços públicos, fragilização de vínculos de sociabilidade ou qualquer situação de risco social.

PREVENÇÃO

A coordenadora da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, Gladys Maria Teixeira Tortato, lembra que a Proteção Social Básica é considerada a porta de entrada do SUAS.

“Seu objetivo é a prevenção de situações de risco, o que é feito por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”, explica. Os serviços de Proteção Social Básica são executados nos Cras. Entre eles está o de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), no qual equipes técnicas desenvolvem um trabalho social e contínuo para promover o fortalecimento da função protetiva das famílias, de seus vínculos e conquistas, que permitam a melhoria da realidade em que vivem. Há ainda a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que oferta atividades que promovem e ampliam trocas de vivências individuais e coletivas, na família e

no território das famílias atendidas. O serviço é considerado estratégico na prevenção e no enfrentamento das situações de vulnerabilidade social. O Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos mostra que 96.341 pessoas são atendidas

por esse serviço em 379 municípios do Estado. O número é maior do que a capacidade de atendimento pactuada junto ao Ministério do Desenvolvimento Social, que é de 93.190. Outro programa que faz parte da Proteção Social Básica é o Centro da Juventude, destinado à

convivência familiar e comunitária. Com capacidade para atender até mil adolescentes de 12 a 18 anos por mês, os centros garantem um ambiente saudável e distante de situações de exposição ao risco e vulnerabilidade social. Os espaços oferecem, em tempo integral, atividades de lazer, esportivas, culturais e qualificação profissional. O Governo do Estado destinou R\$ 74,7 milhões para a construção de 29 Centros da Juventude; 24 deles já foram inaugurados.



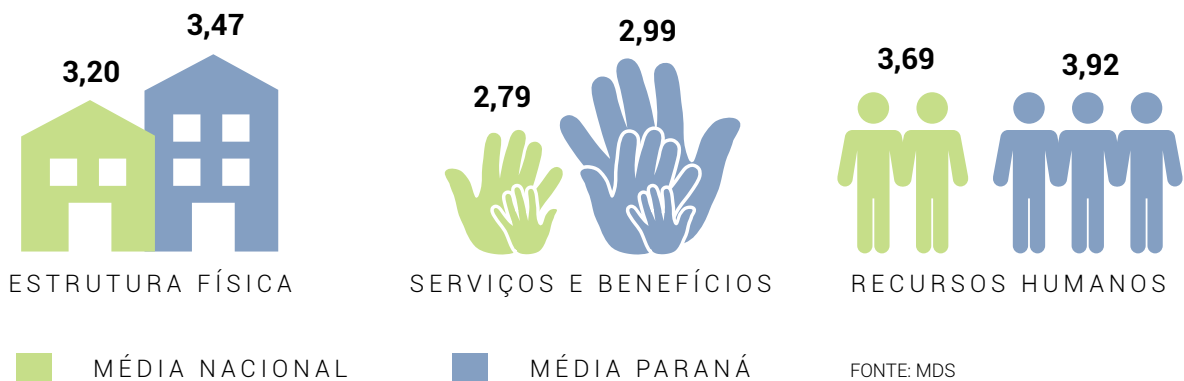
ÍNDICE

O Paraná possui uma das maiores e melhores redes de Cras do país. É o que mostra o Índice de Desenvolvimento dos Cras (IDCras) de 2014, feito pelo MDS e divulgado pelo Censo SUAS. O índice mapeia anualmente as informações sobre estrutura física, serviços e benefícios e recursos humanos. Dos cinco níveis de desenvolvimento, que em ordem crescente apontam a qualidade de funcionamento desejado, o Paraná apresenta uma média de 3,46 - acima da média do país, que é de 3,23.

Desde 2011, o Governo do Estado construiu Centros de Referência de Assistência Social em 43 municípios paranaenses

MÉDIA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS

(IDCras) 2014





As famílias que tiveram um ou mais de seus integrantes com direitos violados recebem atendimento especializado nos 156 Creas instalados no Estado

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

BUSCA INCLUSÃO SOCIAL E CONSOLIDAÇÃO DE DIREITOS

Em setembro, o Governo do Estado expandiu a rede de Proteção Social Especial ao assinar termo de adesão com 40 municípios paranaenses para cofinanciamento de serviços.

O atendimento às famílias e indivíduos que vivem em situação de risco, por terem sofrido alguma violação de direitos, é responsabilidade da Proteção Social Especial. Com serviços ofertados nos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (Creas), a rede oferece serviços especializados

que buscam a inclusão social. O Paraná possui 156 Creas, instalados em 133 municípios. Nesses locais, um dos serviços ofertados, considerado obrigatório, é a Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi), destinado às pessoas que enfrentaram situações de violência; afastamento do

convívio familiar devido à aplicação de medidas de proteção; trabalho infantil, situação de rua, abandono, entre outras situações de violação de direitos.

Em setembro, o Governo do Estado expandiu a rede de proteção social especial ao assinar a adesão com 40

municípios paranaenses para o cofinanciamento de serviços. “Buscamos tirar as pessoas da situação de vulnerabilidade e oferecer uma vida mais digna a elas, ofertando qualificação e projetos que possam resgatá-las”, diz a coordenadora de Proteção Social Especial, Elenice Malzoni.

Com os novos cofinanciamentos, os governos estadual e federal vão investir R\$ 780 mil mensais nos serviços, em três modalidades de atendimento: o Paefi, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP) e o Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias, destinados, por exemplo, a mulheres vítimas de violência, moradores de rua e migrantes. Atualmente, o Paraná conta com 21 Centros POP em 16 municípios.

RESIDÊNCIAS INCLUSIVAS

Na área de proteção social especial, o Governo do Estado cofinancia municípios que participam dos serviços de Residências Inclusivas, que atende jovens e adultos. Os serviços são oferecidos em seis unidades, localizadas em Apucarana, Cascavel, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa e Toledo.

“O Paraná trabalha para romper práticas históricas e acolher pessoas com deficiência”, diz a coordenadora da Seds, Elenice Malzoni. Para isso, segundo ela, ampliou convênios e contratos, e por meio de uma parceria com a Secretaria da Saúde, passou a atender esse público

” **BUSCAMOS TIRAR AS PESSOAS DA SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E OFERECER UMA VIDA MAIS DIGNA A ELAS, OFERTANDO QUALIFICAÇÃO E PROJETOS QUE POSSAM RESGATÁ-LAS”**

ELENICE MALZONI.
COORDENADORA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL.

em pequenos grupos, visando à autonomia e ao convívio familiar e social.

Hoje, 218 pessoas com deficiência são beneficiadas por esse serviço, financiado exclusivamente pelo governo estadual e que exige um investimento de R\$ 4,3 milhões ao ano. Para atender pessoas com deficiência, que estão sob tutela do Estado, o governo implantou, em setembro deste ano, as primeiras residências inclusivas regionais. São duas

casas localizadas em Mallet, na região Centro-Sul.

CALAMIDADE

A proteção social especial presta também o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, em parceria com a Defesa Civil. De 2013 a 2015, o Governo do Estado repassou R\$ 8,6 milhões para atender 187 municípios atingidos por enchentes, que tiveram situação de emergência decretada. Mais de 55,6 mil pessoas foram beneficiadas.

INVESTIMENTO ESTADUAL

ACOLHIMENTO
R\$ 5,9
milhões/ano

CENTRO POP
R\$ 2
milhões/ano

PAEFI
R\$ 720
mil/ano



INVESTIMENTO DE SUCESSO

FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO LEVAM À QUALIDADE

Serviços prestados na assistência social resultam de vários programas de aperfeiçoamento profissional dos servidores;

Seds e Ceas monitoram e avaliam permanentemente a qualidade dos cursos.

O Governo do Paraná trabalha de forma ativa para acompanhar as crescentes demandas sociais, não apenas no que se refere à implementação de políticas públicas, mas também no aprimoramento dos trabalhadores da assistência social. Entre as principais ações nesse sentido estão os programas de capacitação e residência técnica, a criação e implantação do Núcleo Estadual de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (Neep/SUAS) e as ações de vigilância socioassistencial. São investimentos contínuos que visam à formação e qualificação profissional, com impacto direto na qualidade dos serviços prestados.

CAPACITAÇÃO

Sempre considerando a importância da qualificação dos profissionais que atuam no SUAS, o Governo do Paraná prioriza

ações de capacitação e formação, que atingem um número maior de participações a cada ano. São ofertadas vagas em capacitações com diferentes temáticas, voltadas para gestores, trabalhadores e conselheiros que atuam na execução da política de assistência social. Previstas e planejadas no Plano Estadual de Capacitação e Educação Permanente do SUAS, as

capacitações são monitoradas e avaliadas permanentemente pelo Ceas e pela equipe técnica da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. Foram ofertadas 2.030 vagas para todos os municípios paranaenses, em dois cursos ofertados pelo programa CapacitaSUAS I, desenvolvido em parceria com universidades estaduais. Para 2016, o programa prevê a oferta



Os alunos-residentes participam de curso de especialização com ênfase no SUAS e desenvolvem atividades práticas nos setores da Seds

de 3.540 vagas em três cursos. Outras ações presenciais de capacitação também foram realizadas, assim como cursos na modalidade à distância (EAD), que contaram 13.237 participações, até setembro de 2015.

RESIDÊNCIA TÉCNICA

Para fomentar a educação permanente dos trabalhadores do SUAS e incentivar recém-formados a atuarem nessa área, o Governo do Paraná firmou parceria entre órgãos estaduais e iniciou uma nova modalidade de Residência Técnica no Brasil.

É um projeto inovador, que qualifica a rede de profissionais que já atuam na área de assistência social e oferece aos alunos-residentes um ensino de qualidade, com conhecimentos teóricos e práticos para trabalharem no SUAS. A primeira turma do curso de Especialização em Gestão Pública foi inaugurada em dezembro de 2013.

COMO FUNCIONA

Durante dois anos, os alunos-residentes participam do curso de especialização com ênfase no SUAS e desenvolvem seis horas diárias de atividades práticas em diversos setores da Seds. São profissionais graduados em várias áreas que recebem uma bolsa-auxílio de R\$ 1.900 mensais. A especialização é gratuita e realizada na modalidade à distância (EAD). O curso foi desenvolvido pela Seds, em parceria com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), Secretaria da

Administração e da Previdência (Seap), Escola de Governo e universidades estaduais do Paraná. O ambiente virtual do curso foi desenvolvido pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), responsável pela administração do programa.

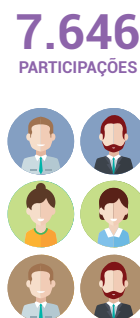
RECONHECIMENTO

Com o êxito do programa, outros estados sentiram-se motivados a conhecer a nova modalidade de residência. Por duas vezes o programa desenvolvido no Paraná foi destaque em eventos nacionais. Em 2014, foi apresentado no Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social (Fonaceas), realizado em Fortaleza (CE). O sucesso se repetiu em maio deste ano, durante o VIII Congresso Nacional de Administração Pública, promovido pelo Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad). O encontro aconteceu em Brasília

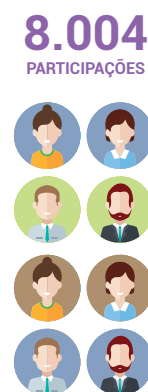
PARTICIPAÇÕES NAS CAPACITAÇÕES PARA GESTORES, TRABALHADORES E CONSELHEIROS DO SUAS



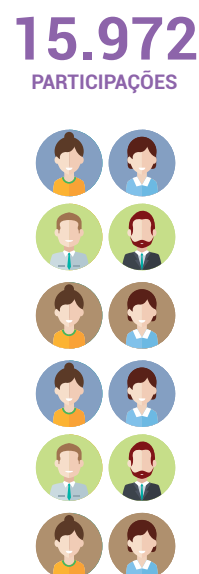
2011



2012



2013



2014

O GOVERNO DO ESTADO DESTINOU R\$ 13,72 MILHÕES PARA A EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA TÉCNICA

e contou com mais de dois mil participantes. Segundo a coordenadora da Seds que representou o Paraná nos eventos, Tatiana Possa Schafachek, em ambas as ocasiões a apresentação despertou o interesse de gestores públicos de outros estados. "O grande sucesso do programa é resultado dos investimentos do Governo do Estado na formação qualificada e continuada dos servidores", diz.

UM DOS PRIMEIROS ESTADOS A IMPLANTAR

NÚCLEO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DO SUAS

O núcleo é responsável pelo planejamento e implementação das ações de capacitação da educação permanente de gestores, trabalhadores, dirigentes de entidades e organizações, usuários e conselheiros de assistência social.

Quando o assunto é a educação permanente dos trabalhadores da assistência social, o Paraná também se destaca com avanços pioneiros. Em 2012, o governo estadual lançou o Plano Estadual de Educação Permanente dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (PEC-SUAS). O documento foi instituído um ano antes do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovar a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS.

Em 2014, o Governo do Estado implantou um dos primeiros núcleos estaduais de Educação Permanente do SUAS (Neep/SUAS) do país, responsável pelo planejamento e implementação das ações de capacitação da educação permanente do SUAS no Paraná. O público-alvo são

gestores, trabalhadores, dirigentes de entidades e organizações, usuários e conselheiros de assistência social. "Mais uma vez o Paraná saiu na frente, inclusive, do Governo Federal, que ainda não tem o núcleo nacional de educação permanente implantado", afirma a coordenadora estadual de gestão do SUAS e responsável pela coordenação do núcleo no Paraná, Tatiana Possa Schafachek.

COMPETÊNCIAS

Entre as atribuições do núcleo está acompanhar e assessorar a implantação dos núcleos nos municípios do Paraná; realizar diagnósticos para apontar as necessidades e competências de qualificação e formação dos trabalhadores, gestores e conselheiros do SUAS; acompanhar ações de formação e capacitação do Sistema.

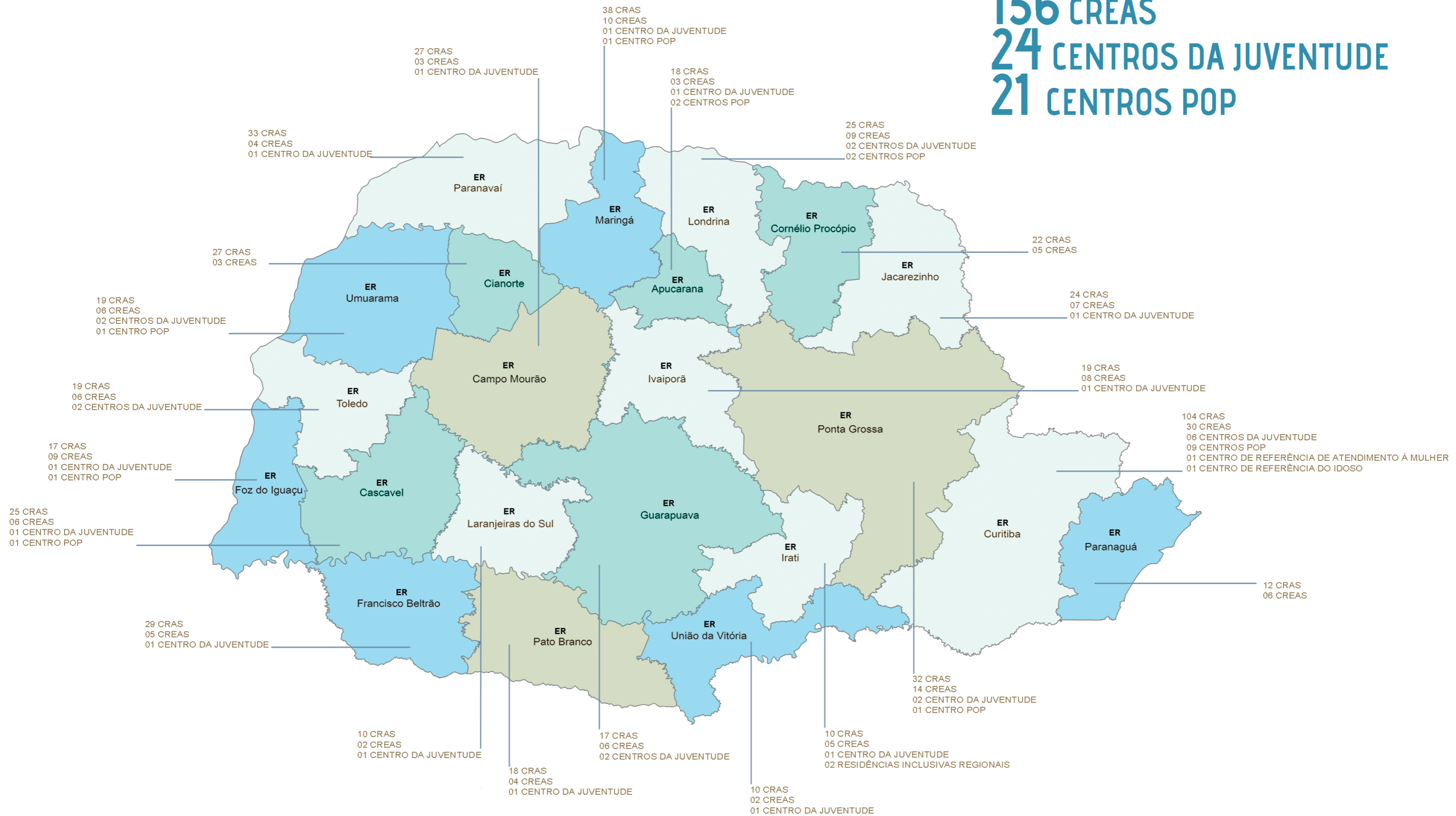
CONSULTORA DO MDS ELOGIA DESENVOLVIMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO PARANÁ

Em setembro, a consultora da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Léa Biasi, esteve na sede da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social em Curitiba, para conhecer o trabalho do núcleo no Paraná. Léa é responsável pelo monitoramento dos núcleos em dez estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, mais o Distrito Federal.

"Fiquei encantada com a estrutura física daqui, o número de recursos humanos, que realmente destoa de todos os outros que já visitei. Se eu for comparar o Paraná com outros estados, aqui é excelente", elogiou.

REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL NO PARANÁ

555 CRAS
156 CREAS
24 CENTROS DA JUVENTUDE
21 CENTROS POP



VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

DEVE SER RECURSO DE TODOS OS GESTORES

Projetos e programas de assistência social devem estar atrelados à chamada vigilância socioassistencial; por meio dela, é possível projetar cenários e avaliar resultados em vários níveis; estudo da Seds, inédito no País, analisa a gestão do SUAS e compara desempenho do Paraná ao de outros estados.

A política da assistência social tem entre suas funções a vigilância socioassistencial que contribui para a formulação, planejamento, execução, monitoramento e avaliação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Devido à sua relevância, ela deve ser implantada e formalizada em todos os órgãos gestores municipais e estaduais da assistência social, pois suas atividades estão relacionadas à produção de informações, indicadores, banco de dados, diagnósticos e estudos. É também fundamental para a assessoria técnica prestada aos municípios.

ESTUDO INÉDITO

O Governo do Paraná, por meio da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social, realizou um estudo inédito no Brasil e produziu uma nova versão das bases de dados do Censo SUAS, comparando as questões possíveis do censo no período de 2010 a 2014.

Com o título "Evolução Histórica do Censo SUAS no Paraná", o estudo permite uma reflexão sobre a implantação e execução do SUAS no Estado e também comparar o desempenho do Paraná com os demais estados. A coordenadora da Assessoria Técnica de Planejamento e Gestão de

Informação da Seds, Magali do Rocio Breda explica que a análise vai auxiliar no processo de monitoramento dos equipamentos da assistência social, melhorando o apoio do Estado aos municípios.

CENSO

O Censo SUAS é um questionário que reúne informações detalhadas dos equipamentos e das políticas municipal e estadual de assistência social. Com os resultados, divulgados anualmente, o Governo do Estado tem um retrato das condições estruturais, de funcionamento e dos recursos humanos nos municípios. As informações são usadas no planejamento e



A vigilância socioassistencial ajuda no planejamento e avaliação dos programas e serviços ofertados à população

monitoramento das políticas de assistência social.

DESTAQUES DO ESTUDO “EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CENSO SUAS NO PARANÁ”

A ampliação da rede física dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) no Estado é um dos destaques do estudo realizado pela Seds.

No período analisado, 2010 a 2014, a quantidade de equipamentos Cras no Estado registrou um crescimento 16,8%, enquanto que na Rede Creas o aumento foi de 47,2%.

Com o crescimento da Rede Cras, o Paraná garantiu a totalidade dos municípios paranaenses com cobertura do equipamento, aumentando o número de famílias atendidas. O Estado também melhorou as condições de atendimento com a ampliação dos recursos humanos. Um exemplo é o aumento do número de assistentes sociais (32,74%) e de psicólogos (29,35%) atuando nos Cras.

O Paraná ultrapassou o Brasil no quesito acessibilidade, tanto nos Cras como nos Creas. Para esta avaliação são considerados quatro quesitos: acesso principal adaptado com rampas e rota acessível da calçada até a

recepção; rota acessível aos espaços; rota acessível ao banheiro, que deve ser adaptado para pessoas com deficiência.

DE 2010 A 2014, A QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS CRAS NO ESTADO REGISTROU UM CRESCIMENTO DE 16,8%, ENQUANTO QUE NA REDE CREAS O AUMENTO FOI DE 47,2%

Karen Moreira e seu filho Anthony, que moram no município de Itaperuçu, fazem parte das 188 mil famílias atendidas pelo programa Família Paranaense



FAMÍLIA PARANAENSE

UMA NOVA VIDA COMEÇA AQUI

O programa é coordenado pela Seds, em parceria com 18 secretarias e municípios, e é a principal plataforma do governo estadual para a superação da pobreza.

Com o lançamento do programa Família Paranaense, em 2012, o Paraná deu um grande passo para promover o desenvolvimento social e a emancipação das famílias que vivem em situação de vulnerabilidade. Hoje, o programa está presente nos 399 municípios do Estado e é a principal plataforma do governo estadual para a superação da pobreza.

COMO FUNCIONA

Durante dois anos, as famílias incluídas no programa recebem acompanhamento individualizado, de acordo com suas necessidades e as especificidades do território em que residem. Nesse período, são atendidas por uma rede

integrada de proteção familiar, com atendimento planejado em áreas como saúde, habitação, educação, agricultura, trabalho e assistência social.

Desde sua implantação, o Família Paranaense fez o acompanhamento sistemático de 30 mil famílias. Se for considerada a transferência de renda complementar, benefício criado em dezembro de 2013, esse número chega a 188 mil famílias atendidas.

MODALIDADES

O programa possui quatro modalidades: municípios prioritários, adesão espontânea, Atenção às Famílias com Adolescentes Internados por Medida Socioeducativa (Afai) e Renda Família Paranaense.

Os municípios prioritários fazem o acompanhamento das famílias por meio da metodologia do programa. São selecionados pelo valor do Índice Ipardes de Desempenho Municipal (IPDM), pelo percentual de extrema pobreza e pelo Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Paraná (IVFPR).

Na modalidade Adesão Espontânea estão os municípios que, independentemente de seus indicadores sociais, aderem ao programa e realizam o acompanhamento individualizado às famílias.

Os municípios incluídos na modalidade Atenção às Famílias com Adolescentes Internados por Medida Socioeducativa

fazem o acompanhamento sistemático de famílias que possuem adolescentes nessa condição, durante o período de internação do adolescente e mais um ano após a sua desinternação.

Todos os municípios do Estado, mesmo aqueles que não aderiram ao programa, estão incluídos na modalidade Renda Família Paranaense. O benefício, criado em 2013, faz transferência direta de renda às famílias em situação de vulnerabilidade social.

AMPLIAÇÃO

Na primeira fase (2011-2014), o Família Paranaense tinha como meta atender 100 mil famílias. A meta foi superada: em dezembro de 2014, o número de famílias atendidas chegou a 165 mil. Agora o programa está sendo ampliado para atender 200 mil

famílias até 2018.

Para isso, em agosto de 2014, o Governo do Estado, por meio da Seds, assinou contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para executar o Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana – Família Paranaense. Esse programa tem um financiamento de US\$ 100 milhões, sendo 60% de recurso do banco e 40% de contrapartida do governo estadual.

O programa integrado prevê o atendimento de 22 mil famílias dos 156 municípios considerados prioritários pelo Família Paranaense.

Serão realizadas novas ações nas áreas de assistência social e trabalho, saúde, educação, habitação e agricultura.

DESENVOLVIDO

PELA SECRETARIA

DO TRABALHO E

DESENVOLVIMENTO

SOCIAL, O PROGRAMA

FAMÍLIA PARANAENSE

É COORDENADO,

NO ESTADO E

NOS MUNICÍPIOS,

PELA POLÍTICA DE

ASSISTÊNCIA SOCIAL



Equipes dos Cras visitam comunidades para identificar famílias em situação de extrema vulnerabilidade e incluí-las em programas sociais

AÇÕES PREVISTAS PARA O PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE



ASSISTÊNCIA SOCIAL

Construção de **22 centros de Referência de Assistência Social (Cras)** e **oito centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas)**. E outros incentivos para fortalecer a assistência social nos municípios.



HABITAÇÃO

Regularização fundiária de moradias de famílias atendidas pelo programa em **dez municípios que apresentam os maiores índices de vulnerabilidade habitacional**. A ação prevê a titularização, reforma e construção de novas casas nos terrenos onde as famílias já estão instaladas.



SAÚDE

Ações que **garantam o acesso de gestantes** aos exames de pré-natal, acompanhamento sistemático às pessoas com doenças crônicas, nas unidades de saúde, e vacinação para crianças de até um ano.



EDUCAÇÃO

O Governo do Estado **vai garantir o acesso de todas as crianças e adolescentes** à educação, o retorno à sala de aula dos adolescentes que abandonaram a escola e a realização de cursos de alfabetização para jovens e adultos.



GERAÇÃO DE RENDA

Serão oferecidos **cursos de qualificação profissional e o incentivo** a empreendimentos econômicos e solidários, além da formação de centros de comercialização para que as famílias possam melhorar a renda.



AGRICULTURA FAMILIAR

Incentivo para a produção e comercialização da agricultura familiar.

REFERÊNCIA

De acordo com o consultor que coordena as missões do BID junto ao Governo do Paraná, Francisco Ochoa, o programa Família Paranaense poderá se tornar uma referência para a América Latina e Caribe. Em agosto, Ochoa esteve em Curitiba para discutir o andamento do Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana – Família Paranaense. Segundo ele, a metodologia usada pelo programa é pioneira e capaz de garantir a melhoria da qualidade de vida das futuras gerações.



Família Moura recebe acompanhamento familiar do Cras do município de Fênix, na região centro-oeste do Estado

INCENTIVO

Para fortalecer a política de assistência social nos municípios com o menor índice de desenvolvimento, o Governo do Estado implantou o Incentivo Família Paranaense. Trata-se de um repasse de recursos para investimentos na assistência social, feito pela modalidade Fundo a Fundo – o que concede maior autonomia na utilização. O valor deve ser aplicado de acordo com a metodologia do programa. Foram contemplados 156 municípios, que receberão um total de R\$ 4,31 milhões do Fundo Estadual de Assistência Social (Feas).

APERFEIÇOAMENTO

Desde a implantação do Família Paranaense, a Seds promove frequentes capacitações para os profissionais que atuam no programa. São reuniões macrorregionais e regionais, videoconferências, webconferências e oficinas de práticas do sistema. Todos

os materiais utilizados são disponibilizados no site da Seds para consulta.

O sistema informatizado de acompanhamento familiar é outra ferramenta de gestão que o Governo do Estado disponibiliza aos municípios que aderem ao programa Família Paranaense. Ali estão os dados sobre o planejamento, vigilância,

registro e monitoramento das ações desenvolvidas com as famílias, essenciais para o acompanhamento e atendimento individualizado, e territorializado.

PROJETOS INCENTIVAM O HÁBITO DA LEITURA E DO ESPORTE

A Seds oferece apoio técnico às secretarias parceiras para elaboração e/ou monitoramento de projetos complementares,



O projeto Agentes de Leitura do Paraná é uma das ações intersetoriais desenvolvidas pelo programa Família Paranaense

voltados para crianças, adolescentes e famílias incluídas no Família Paranaense. Esses projetos são cofinanciados com recursos do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência (FIA). Entre os projetos em andamento estão: Brincadeiras na Comunidade, Adolescentes Protagonistas, Biblioteca Itinerante Quilombola, Lazer no Paraná e Agentes de Leitura do Paraná, voltados ao protagonismo, educação, esporte, cultura e lazer.

Para o fomento à geração de renda e ao empreendedorismo, existem os projetos Oficinas da Família e Linha de Crédito Paraná Juro Zero. Também são realizadas oficinas de orçamento familiar em 30 municípios prioritários do programa, por meio de uma parceria com o Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRC-PR).

LINHA DE CRÉDITO AJUDA FAMÍLIAS EMPREENDEDORAS

Para contribuir com o processo de conquista da autonomia das famílias e com o desenvolvimento regional, o Governo do Paraná, por meio de uma parceria entre a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social e a Fomento Paraná, criou o Paraná Juro Zero. Trata-se de uma linha de crédito que oferta financiamentos de pequenos valores, sem cobrança de juros, para famílias atendidas pelo Família Paranaense que queiram montar ou ampliar seu negócio.

A família poderá emprestar de R\$ 300 a R\$ 4 mil e pagar em

dez ou vinte parcelas, sem juros. Para isso, o Governo do Paraná usa um fundo garantidor, que vai cobrir o custo das operações, para quem pagar as parcelas em dia. O dinheiro poderá ser utilizado para a compra de máquinas, equipamentos, ferramentas, para reforma e ampliação de instalações e também como capital de giro, na compra de matéria-prima para o negócio.

“Esta é mais uma porta que o Governo do Estado está abrindo para a emancipação dessas famílias. Assim como assegurar o acesso aos diversos serviços - como saúde, educação, habitação - também vamos capacitar e mostrar um caminho para que elas escrevam uma nova história”, declara a coordenadora do programa, Letícia Reis.



A agricultora Irene Giteski Ferreira usou recursos da linha de crédito Paraná Juro Zero para investir na produção de leite, que passou a ser a principal fonte de renda da família

“ **ESTA É MAIS UMA PORTA QUE O GOVERNO DO ESTADO ESTÁ ABRINDO PARA A EMANCIPAÇÃO DESSAS FAMÍLIAS**”

LETÍCIA REIS.

COORDENADORA DO PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE

COM A LINHA DE CRÉDITO PARANÁ JURO ZERO, AGRICULTORES MELHORAM DE VIDA

A linha de crédito Paraná Juro Zero está ajudando a mudar a vida de várias famílias que viviam em condições de vulnerabilidade social em Porto Barreiro, a 380 km de Curitiba. As agricultoras Irene Giteski Ferreira e Irene Matoso Marques, por exemplo, usaram os recursos da linha de crédito para comprar vacas de leite. A venda do leite passou a ser a principal renda das duas famílias, que hoje entregam 300 litros de leite por mês a um laticínio da região e com

isso recebem cerca de R\$ 400.

PARCERIA COM EMPRESAS PRIVADAS FORTALECE AS AÇÕES DO PROGRAMA

Para atender famílias que vivem em comunidades rurais e isoladas, em 2015 o Governo do Estado fez o repasse de quatro furgões da marca Renault aos municípios de Manoel Ribas, Nova Laranjeiras, Ortigueira e Palmas. Os veículos serão utilizados em ações do programa Família Paranaense. Com essas unidades móveis, o Família Paranaense chegará a

locais mais distantes, em áreas de difícil acesso, para alcançar famílias que não têm o costume de ir para as cidades.

PARCERIA

O Governo do Estado recebeu a doação de cinco veículos Renault em 2014. A entrega faz parte do protocolo de intenções pelo qual a empresa se compromete a investir parte dos incentivos recebidos em ações de assistência social. Cada furgão teve um custo de R\$ 143,5 mil e foi adaptado pela própria montadora.

IDENTIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS

EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Para orientar a seleção e inclusão no programa Família Paranaense, por meio da identificação das famílias em situação de vulnerabilidade social, a Seds, em parceria com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), criou o Índice de Vulnerabilidade da Família (IVFPR).

Trata-se de uma ferramenta de apoio para os municípios, gerada a partir de dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), do governo federal. Por meio do índice, é dada prioridade às famílias

que se encontram em piores situações, direcionando o foco das intervenções em cada situação.

O ÍNDICE É VALORADO NA FORMA DE UM NÚMERO DECIMAL QUE VAI DE 0 A 1. QUANTO MAIS PRÓXIMO DE 1, MAIS VULNERÁVEL É CONSIDERADA A FAMÍLIA

Para o cálculo, foram considerados os seguintes indicadores: adequação do domicílio, perfil e composição familiar, acesso ao trabalho e renda, e condições de escolaridade. "O índice é o resultado de série de indicadores que procuram identificar a vulnerabilidade social das famílias, em nível multidimensional, que dá uma visão mais acurada da condição familiar", explica o diretor-presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social, Julio Takeshi Suzuki Júnior.

FUNDO AMPLIA

PROTEÇÃO SOCIAL NO PARANÁ

Serão R\$ 400 milhões por ano para investimentos em programas de combate às desigualdades

sociais, proteção de direitos, qualificação profissional e na política habitacional.

Para fortalecer as ações de combate às desigualdades sociais, o Governo do Paraná criou o Fundo de Combate à Pobreza que irá reforçar os investimentos na área de assistência social. O Fundo terá R\$ 400 milhões por ano que serão investidos em programas de combate às desigualdades sociais, proteção de direitos, qualificação profissional e na política habitacional.

Com os recursos do Fundo, o Governo do Estado poderá aumentar a rede de proteção social existente no Estado, ampliar os serviços oferecidos à população, desde a proteção

social básica até a área de qualificação profissional. "Com isso, o governo estadual fecha um ciclo que busca a melhoria da qualidade de vida e a emancipação das famílias que mais precisam do apoio do poder público", diz a secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social, Fernanda Richa.

FUNDO

O diretor-geral da Secretaria da Fazenda, George Hermann Rodolfo Tormin, diz que a previsão de arrecadação do Fundo de Combate à Pobreza estará sempre ligada à previsão orçamentária. A equação é simples: a partir de 2016, dois pontos percentuais da

alíquota de ICMS sobre produtos classificados como supérfluos irão para o Fundo. Entre os produtos estão gasolina (exceto a de aviação), joalheria, fumo, bebidas e perfumes. Quanto maior a arrecadação, mais verbas para o setor. "O Fundo não vai tirar recursos dos municípios. Serão alocados recursos adicionais decorrentes do recolhimento antecipado do ICMS no setor de energia elétrica e nas áreas de comunicação e combustíveis, que compensarão a aplicação de recursos no Fundo", explica. Além do mais, os recursos do Fundo serão sempre na garantias de direitos e melhoria da qualidade de vida das famílias paranaenses.

PARANÁ, O ESTADO QUE MAIS EVOLUI

NO RANKING DE COMBATE À MISÉRIA

Os bons índices alcançados pelo Paraná são resultado da política de assistência social desenvolvida no Estado, focada na promoção social e na emancipação das famílias.

Paraná foi o Estado brasileiro que mais combateu a extrema pobreza em dez anos. De 2003 a 2013, saltou do nono para o segundo lugar no ranking, conforme aponta levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). No ranking geral, o Paraná é vice-líder; o primeiro é Santa Catarina. "Os bons índices alcançados pelo Paraná são resultado da política de assistência social desenvolvida no Estado, focada na promoção social e na emancipação das famílias", diz a coordenadora de Planejamento e Gestão de Informação da Seds, Magali Breda. De 2011 a agosto 2015, os investimentos do governo estadual em programas

e benefícios sociais somaram R\$ 892,6 milhões. O levantamento mostra que, em 2003, o Paraná tinha 840.225 pessoas vivendo em situação de extrema pobreza, o que representava 8,47% da população do Estado naquele momento. Uma década depois, o número de indivíduos extremamente pobres caiu para 214.352, equivalente a 2,03% da população. Para chegar aos resultados, o estudo considerou o percentual de pessoas da população que possuem renda familiar per capita abaixo da linha de extrema pobreza.

PROGRAMAS

Os investimentos feitos pelo Governo do Estado ajudam a garantir o atendimento às famílias

que mais precisam no Paraná. Para reduzir as desigualdades sociais, o Paraná desenvolve uma série de programas, projetos e ações intersetoriais que atendem diretamente as pessoas que apresentam os menores índices de desenvolvimento e vivem em vulnerabilidade social. Entre eles está o Família Paranaense, considerado o principal programa de enfrentamento à pobreza no Paraná. Desde que foi implantado em 2012, o programa atendeu, até setembro deste ano, 188 mil famílias em situação de extrema pobreza, 30 mil delas com o acompanhamento familiar sistemático. Atualmente, o programa está presente nos 399 municípios paranaenses.



O Família Paranaense é o principal programa para enfrentamento à pobreza no Paraná

CONSTRUINDO UMA NOVA VIDA

A dona de casa Talita Pontes de Araújo, 32 anos, e seus familiares são atendidos por programas sociais oferecidos pelo Governo do Estado. Casada e mãe de quatro filhos, ela foi incluída no programa Família Paranaense, em 2013. Desde então, recebe regularmente a visita da equipe técnica do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) do município de Contenda, onde mora, na Região Metropolitana de Curitiba. Com o acompanhamento familiar, ela conseguiu tratamento para depressão, consultas odontológicas para quatro familiares e colocou em dia a vacinação das crianças. A filha mais nova, que nasceu com problemas nutricionais, foi

incluída em um programa para receber leite gratuitamente.

"Eles sempre estão me visitando, me ajudando no que eu preciso. Já consegui vagas na creche, nas aulas de violão para minha filha adolescente e no curso de culinária que sempre quis fazer", conta Talita.

Ela acredita que, ao concluir o curso, conseguirá um bom emprego e poderá até montar seu próprio negócio. "Sempre quis trabalhar em casa, mas não tinha condições. Agora vou poder fazer marmitas e salgados para ajudar nas despesas." Outra beneficiária dos programas sociais é a auxiliar de cozinha Marinês do Rocio de Lima, 30 anos. Ela trabalha em um restaurante na Cidade Industrial de Curitiba. Em um atendimento

recebido no Cras, também de Contenda, ela ficou sabendo sobre o curso de culinária, oferecido gratuitamente pela prefeitura, e aproveitou a oportunidade.

"Fiz o curso para melhorar meu currículo", diz. Toda a família de Marinês também está incluída no serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) e já foi encaminhada para consultas médicas e dentista. A filha mais velha, de 14 anos, vai trabalhar como menor-aprendiz.

As ações planejadas pelo Família Paranaense para Marinês preveem ainda atendimento na área de habitação, com a construção de uma nova casa, e de educação, para vaga em um centro de educação infantil.

PARANÁ AMPLIA INVESTIMENTOS

NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

De 2011 a 2015, o Paraná contabilizou investimentos de mais de R\$ 892 milhões,

aplicados em assistência social e garantia de direitos

Em quatro anos, o Governo do Paraná ampliou em 841% os investimentos em assistência social financiados pelo Fundo Estadual de Assistência Social (Feas). Neste período, o orçamento previsto com recursos do fundo saltou de R\$ 15,13 milhões, em 2010, para R\$ 127,24 milhões, em 2014.

A assessora financeira da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, Marcela Evangelista, explica que, desde 2011, a evolução orçamentária da assistência social no Estado é contínua. Segundo ela, além

do Feas, a previsão para uso dos recursos do Tesouro Estadual e do Fundo Estadual para a Infância e a Adolescência (FIA), também aumentou em 236% e 218%, respectivamente.

“Foi um crescimento gradual, que fortaleceu a política de assistência social em todo o Estado. Com o aumento dos recursos financeiros, mais famílias foram atendidas na rede socioassistencial e mais municípios receberam cofinanciamentos para qualificar esse atendimento”, diz Marcela. De 2011 até agosto de 2015, o Governo do Estado contabilizou

investimentos que chegam a R\$ 892,66 milhões, recursos aplicados em ações e programas voltados para assistência social e garantia de direitos.

RECONHECIMENTO

Os progressivos investimentos do Governo do Estado no atendimento às famílias em situação de risco e vulnerabilidade social alcançaram reconhecimento nacional. De acordo estudo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), divulgado em 2014, o Paraná foi o estado da região Sul que mais investiu na assistência social.

EM QUATRO ANOS, O GOVERNO DO PARANÁ AMPLIOU EM 841% OS INVESTIMENTOS EM ASSISTÊNCIA SOCIAL FINANCIADOS PELO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FEAS).

PARANÁ AGILIZA REPASSE DE RECURSOS AOS MUNICÍPIOS

Para potencializar trabalhos desenvolvidos na área da assistência social nos municípios, o Governo do Paraná descentralizou e simplificou a forma de repassar recursos.

A principal medida foi a implantação da modalidade Fundo a Fundo (lei 17544/2013), que autorizou o repasse de recursos do Fundo Estadual de

Assistência Social direto para os fundos municipais de assistência social.

Outro avanço importante foi a criação do Piso Paranaense de Assistência Social, que faz a transferência mensal de recursos aos municípios com menor índice de desenvolvimento. O piso atende 86 municípios com até 20 mil habitantes com um repasse é de R\$ 6,25 mil por mês para cada cidade.

“Esta foi uma grande conquista para a rede de assistência social de todo o Paraná. Uma ação que descentraliza nossa atuação e começa beneficiando os menores municípios e vai levar atendimento, dentro da realidade de cada lugar, àqueles que mais precisam”, destaca a assessora Marcela Evangelista.

Os recursos são destinados a ações de proteção social básica e especial, aprimoramento de gestão e benefícios eventuais que acontecerão dentro dos Centros

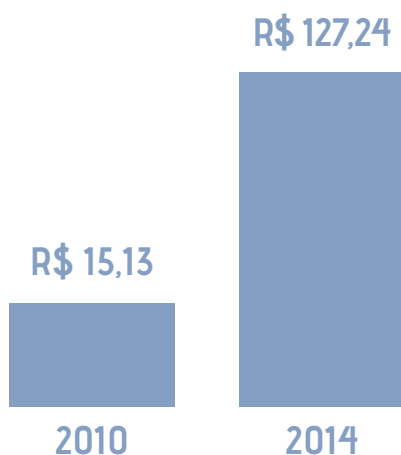
de Referência de Assistência Social (Cras) e nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas). A meta para o próximo ano é dobrar o número de municípios que recebem o piso.

EMERGÊNCIA

A transferência Fundo a Fundo também favorece outras ações na área de assistência social. Uma das circunstâncias é o repasse financeiro automático e pontual para atendimento de situações de emergência e socorro quando reconhecido o Estado de Calamidade dos municípios, pela Defesa Civil estadual.

Para a assessora financeira da Seds, o repasse garante agilidade e qualidade no atendimento à população. “A iniciativa beneficiará principalmente as pessoas que dependem da atuação da assistência social e não têm tempo para esperar por um repasse que, muitas vezes, demorava demais”, afirma.

ORÇAMENTO PREVISTO COM RECURSOS DO FUNDO (EM MILHÕES)



Governo do Estado contabilizou investimentos que chegam a

R\$ 892,66 milhões*

* recursos do FIA, FEAS e Tesouro Estadual

CONTROLE SOCIAL

CIDADÃO FISCALIZA E ATUA SOBRE A GESTÃO PÚBLICA

Conselhos de Assistência Social unem a sociedade civil organizada e os poderes públicos em torno do mesmo objetivo: garantir que a política de assistência social seja eficaz em atuação e resultados.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 23 de agosto de 1789, surgida na ebulição da Revolução Francesa, inspirou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, e constituições democráticas do mundo ocidental.

“A sociedade tem o direito de pedir contas a todo agente público pela sua administração”, diz o artigo 15.º da Declaração pioneira, antecipando em dois séculos o que nossa Constituição, de 1988, cristalizaria como direito de todos o que conhecemos hoje por controle social.

Trata-se da participação dos cidadãos no controle da administração pública. Segundo a cartilha “Olho Vivo no Dinheiro Público”, editada em 2012 pela Controladoria Geral da União (CGU), é um complemento “indispensável ao controle institucional, exercido pelos órgãos fiscalizadores”.

Ainda de acordo com a CGU, para que os cidadãos exerçam um papel eficaz no controle social, é necessário que sejam

“mobilizados e recebam orientações sobre como podem ser fiscais dos gastos públicos”.

No Brasil, o controle sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – parte integrante do sistema de seguridade social – é exercido, no plano federal, pelo Conselho Nacional de Assistência Social. Nos estados, são os conselhos estaduais de Assistência Social os responsáveis por esse trabalho, unindo a sociedade civil organizada e os poderes públicos em torno do mesmo objetivo: garantir que a política de assistência social seja eficaz em atuação e resultados.

Assim, o Conselho Estadual de Assistência Social (Ceas) do Estado do Paraná segue o que determina a lei federal 8.742/1993, em seu artigo 16. Ganhou reforço com a lei 11.362/1998, que instituiu no Paraná o Sistema Estadual de Assistência Social (Seas). O artigo 9.º dessa lei definiu a composição paritária do Ceas, com 15 representantes do poder público e 15 da sociedade

civil, e seus suplentes.

O presidente do Ceas, Rubens Marcon, representante da sociedade civil, chama atenção para o artigo 8.º da lei, que elenca as atribuições do conselho. São 21 atribuições diversas, diz o artigo. “A execução e a fiscalização da política de assistência social são apenas parte das responsabilidades do Ceas do Paraná”, comenta Marcon, que representa a sociedade civil.

“O conselho não mede esforços para cumprir com seu papel em todos os aspectos de agente propagador da política de assistência social no Paraná”, afirma. Para tanto, “tem sido indispensável o diálogo permanente que mantemos com a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social”.

À frente do Ceas/PR de agosto de 2015 a agosto de 2016, Rubens Marcon espera que o Conselho possa contribuir para o fortalecimento de políticas sociais já existentes e “colaborar e participar da implantação de novas políticas”.



No Paraná, as conferências estaduais são realizadas pela Seds e pelo Conselho Estadual de Assistência Social

CONFERÊNCIAS

DEMOCRACIA NA DEFINIÇÃO DE METAS

Consideradas instrumentos de controle social, as conferências contribuem para o aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social, de forma democrática e participativa.

As conferências são instrumentos essenciais de participação e controle social: avaliam a política de assistência social e definem as diretrizes para o aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Elas são realizadas, a cada dois anos, nos âmbitos municipal, estadual e nacional. O objetivo é avaliar a política de assistência social e definir diretrizes para o

aprimoramento do SUAS. Essa contribuição acontece de forma democrática e participativa, além de fortalecer o sistema. No Paraná, a conferência estadual é realizada pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (Seds) e pelo Conselho Estadual de Assistência Social (Ceas). Este ano, a XI Conferência Estadual de Assistência Social do Paraná tem como tema "Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026".

2005

VI Conferência Estadual de Assistência Social: Política de Assistência Social: Sistema Único de Assistência Social e Plano Decenal.

2007

VII Conferência Estadual de Assistência Social: Compromissos e responsabilidades para assegurar proteção social pelo Sistema Único de Assistência Social.

2009

VIII Conferência Estadual de Assistência Social: Participação e controle social no Sistema Único de Assistência Social.

2011

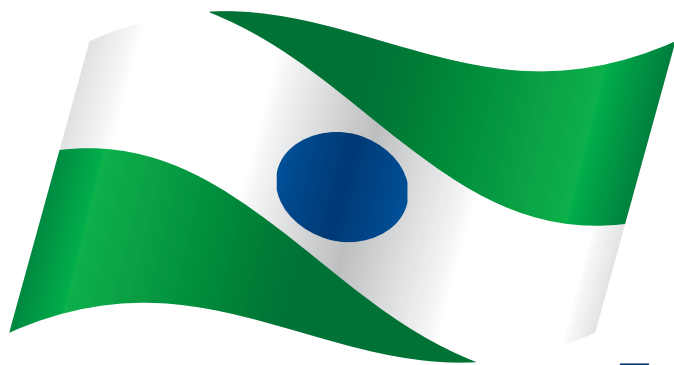
IX Conferência Estadual de Assistência Social: Consolidar o SUAS e valorizar os seus trabalhadores.

2013

X Conferência Estadual de Assistência Social: A gestão e o financiamento na efetivação do SUAS.

2015

XI Conferência Estadual de Assistência Social: Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026.



PARANÁ

SECRETARIA DO TRABALHO
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL